

ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

# PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS E SEUS DERIVADOS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATU, CONFORME DISPOSTO NO ANEXO I DO EDITAL.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº075/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026**

**MUNICÍPIO DE CATU/BA**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**TIPO MENOR PREÇO GLOBAL.**

**BASE LEGAL:** Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/23, bem como o Decreto Municipal nº 527 de 27 de dezembro de 2023.

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS E SEUS DERIVADOS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATU, CONFORME DISPOSTO NO ANEXO I DO EDITAL.

**LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:**

**LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:** <http://www.licitanet.com.br/>

**INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** do dia 20/02/2026 até o dia 09/03/2026 às 09h59min.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** às 10h00 do dia 09/03/2026.

**INÍCIO SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 10h00 do dia 09/03/2026.

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:**

- <http://www.licitanet.com.br/>
- Diário Oficial do Município
- Endereço eletrônico: [licitacao@catu.ba.gov.br](mailto:licitacao@catu.ba.gov.br)

**OBSERVAÇÃO:** O texto do Edital estará disponível nos seguintes endereços eletrônico: <http://sai.io.org.br/ba/catu> e <http://www.licitanet.com.br/>



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**A PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE CATU, ESTADO DA BAHIA, DESIGNADA pelo Decreto nº 013, de 21 de janeiro de 2025, torna público que fará realizar a presente licitação, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL obedecendo às exigências e condições abaixo:**

A Licitação será regida pela Lei Nº 14.133 de 01 de abril de 2021, do Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 527, de 27 de dezembro de 2023, e posteriores alterações e demais legislações pertinentes em vigor, além das disposições constantes deste Edital, de suas especificações e respectivos anexos.

A documentação completa do presente Edital poderá ser adquirida através do seguinte endereço eletrônico: <http://sai.io.org.br/ba/catu>.

A Pregoeira, juntamente com a equipe de apoio receberão as propostas e os documentos em sessão pública a ser realizada de forma eletrônica nos termos a seguir descrito.

**1. OBJETO:**

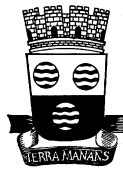
O presente pregão tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS E SEUS DERIVADOS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATU, CONFORME DISPOSTO NO ANEXO I DO EDITAL.

1.1. O valor global estimado pela Administração, para este Registro de Preços tem como referência os preços praticados no mercado regional, mediante pesquisa prévia realizada através do Setor de Compras desta Prefeitura, o qual consta no Processo Administrativo, anterior a este instrumento.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS:**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participante, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E CREDENCIAMENTO:**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL CATU**  
**CNPJ: 13.800.685/0001-00**  
**Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia**  
**CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200**

3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtida junto à Plataforma a qual o Pregão será realizado, conforme consta na folha de rosto deste edital sediada no País.

3.2. O credenciamento se dará por intermédio da atribuição de chave de identificação e/ou senha individual.

3.3. O credenciamento será pessoal e intransferível para acesso ao sistema. O usuário credenciado será responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências.

3.4. O credenciamento implica em responsabilidade legal do usuário e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão.

3.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao realizador da plataforma, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6. O credenciamento do prestador dos serviços de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.7. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

3.8. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.9. Caberá ao prestador dos serviços acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

3.10. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.11. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.10.1. Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado estabelecido em seus arts. 42 a 49 com as alterações promovidas pela Lei Complementar 147/2014.

3.10.2. A assinalação do campo “não”, apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar 147/2014 mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

4.1. Poderão participar do presente Pregão as pessoas jurídicas prestadoras de serviços do ramo pertinente ao objeto deste edital e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos.

4.2. Não poderão participar deste certame as empresas que:

4.2.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.2.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.2.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.2.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.2.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.2.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.2.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021

4.3. A participação na presente licitação pressupõe a aptidão da empresa para a execução do objeto na forma e quantidades previstas no Anexo I deste Edital e implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

## **5. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:**

5.1. A proposta de preço deverá ser enviada até a data e horário previstos no preâmbulo deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mediante a opção "acesso identificado", por meio da digitação da senha de identificação do licitante.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário Oficial de Brasília/DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL CATU**  
**CNPJ: 13.800.685/0001-00**  
**Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia**  
**CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200**

negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da proposta de preços, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas até o horário limite para recebimento.

5.6. O licitante deverá, nesta etapa, clicar na opção “oferecer proposta” e preencher o formulário eletrônico apresentado na tela, com o dado pertinente à sua proposta de preços, vedada a identificação da proponente ou do seu representante legal, sob pena de desclassificação.

5.7. No preenchimento da proposta eletrônica o licitante deverá, obrigatoriamente, mencionar, no campo “informações adicionais”, os serviços ofertados e anexar sua proposta de preços inicial acompanhada das planilhas de composição de custos unitários por item, vedada a identificação da empresa, sob pena de desclassificação.

5.8. A Pregoeira Municipal verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência:

5.8.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

5.8.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.9. As empresas que deixarem de atender os itens anteriores, implicará na desclassificação licitante, em face de ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

5.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

5.11. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.12. A apresentação da proposta eletrônica implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

5.13. A partir do horário previsto no preâmbulo para início da sessão pública do pregão eletrônico, terá lugar a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições estabelecidas no edital, as quais serão classificadas para a etapa de lances.

5.14. A licitante deverá apresentar declaração expressa indicando seu regime tributário bem como seu enquadramento.

5.15. Serão consideradas irregulares e desclassificadas, de logo, as propostas que não contiverem informação que permita a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto proposto; contiverem emenda, rasura ou entrelinha, de forma a não permitir a sua compreensão; apresentarem o prazo de validade da proposta inferior ao estabelecido; apresentarem prazo de entrega ou de execução superior ao estabelecido. A não apresentação das exigências acima, junto com a proposta de preços, acarretará na desclassificação desta.

5.16. Iniciada a sessão pública do pregão eletrônico, não cabe desistência da proposta.

5.17. Sempre que houver interrupção da sessão do pregão, os licitantes deverão ser notificados do dia e hora em que a sessão terá continuidade.

## **6. DA PROPOSTA DE PREÇOS:**

6.1. A Proposta de Preços deverá ser formulada conforme modelo constante nos Anexos deste Edital e os documentos que a instruírem quando for o caso deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em papel timbrado ou impresso da licitante, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, datada, contendo preço unitário, parcial e total, em algarismo, em moeda corrente do país, devendo a última folha ser assinada e carimbada e as demais rubricadas pelo representante legal da licitante;

6.2. O valor global da Proposta deverá ser apresentado em algarismos e por extenso;

6.3. A Proposta de Preços deverá ainda conter:

a) A Razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como nome do proponente ou seu representante legal, CPF e cargo na empresa;

b) O Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

6.4. Quaisquer tributos, custos e despesas, diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o serviço ser executado sem ônus adicionais;

6.5. No caso de serem assinadas por mandatário será necessária à juntada da procuração outorgada, com firma reconhecida e com especificação desta finalidade, ou outorgada o poder na procuração;

6.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, caso sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

6.7. Os valores ofertados devem ser compatíveis com os preços praticados no mercado sob pena de desclassificação da proposta.

## **7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES/JULGAMENTO:**

7.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente através do sistema eletrônico, sendo que os demais licitantes serão imediatamente informados do recebimento da proposta e do seu respectivo valor.

7.2. Para julgamento, será adotado o critério de menor preço global, observados os prazos para entrega, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

7.3. As empresas proponentes deverão lançar no sistema licitanet, o seu menor preço, sob pena de desclassificação de sua proposta, o lançamento diferente do quanto solicitado neste edital.

7.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.5. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.6. No momento seguinte, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL CATU**  
**CNPJ: 13.800.685/0001-00**  
**Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia**  
**CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200**

7.6.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta mais bem classificada.

7.6.2. O sistema automaticamente avaliará se existem Microempresas - ME e/ou Empresas de Pequeno Porte - EPP participando do item do pregão.

7.6.3. Se estas forem encontradas, então o sistema verificará se o preço por elas ofertado é até 5% (cinco por cento) maior do que o da melhor empresa previamente classificada.

7.6.4. Constatada a ocorrência da hipótese descrita no subitem 7.6.3, a Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP melhor classificada na fase de lances poderá ofertar proposta de preço inferior.

7.6.5. O lance de desempate deve obrigatoriamente ser menor do que o lance ofertado pela empresa previamente classificada.

7.6.6. O fornecedor terá no máximo 5 (cinco) minutos para ofertar o lance de desempate. Se assim não o fizer, então o sistema passará para a próxima Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP melhor classificada, desde que esta atenda aos critérios da Lei Complementar n. 123/06.

7.6.7. A Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP que oferecer um lance menor do que a primeira empresa previamente classificada será a nova empresa classificada, sendo encerrada a fase do desempate para o item, mesmo que ainda existam Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP na mesma condição.

7.6.8. Decairá do direito de ofertar o lance a Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP que não realizar este procedimento dentro dos 5 (cinco) minutos.

7.7. O disposto no item 7.6 e seus respectivos subitens não serão aplicados quando a melhor oferta classificada tiver sido apresentada por uma Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP.

7.8. A empresa arrematante deverá comprovar sua regularidade mediante o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços realinhada, exclusivamente pela



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL CATU**  
**CNPJ: 13.800.685/0001-00**  
**Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia**  
**CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200**

plataforma [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), no prazo máximo de 02 (duas) horas. Todos os documentos deverão ser anexados na plataforma dentro do prazo estipulado para cada etapa, após o encerramento do pregão, constituindo condição indispensável para a formalização da contratação.

7.9. A sessão do pregão eletrônico deverá ser interrompida, a fim de se aguardar o cumprimento dos prazos assinalados, deste edital.

7.10. A existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte beneficiário do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06 não implica a inabilitação automática da licitante, em face do disposto no art. 42 deste diploma, devendo ser realizada a habilitação com ressalva de existência de restrição fiscal e diferindo-se a comprovação da regularidade na forma deste edital.

7.11. Constatado que o proponente da melhor oferta aceitável atende às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

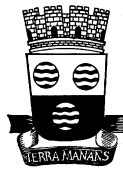
7.12. Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer da decisão da Pregoeira, observadas as seguintes normas:

7.13.1. Deverá ser registrada a síntese das razões do recorrente em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e, consequentemente, na adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

7.13.2. Manifestada a intenção de recorrer, por qualquer dos licitantes, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, que deverá ser formulado em documento próprio no sistema eletrônico, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente.

7.13.3. O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior do órgão ou entidade promotora da licitação, serão realizados pela Pregoeira no prazo de até 03 (três) dias úteis.

7.13.4. A autoridade superior do órgão promotor do pregão terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL CATU**  
**CNPJ: 13.800.685/0001-00**  
**Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia**  
**CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200**

7.13.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.13. Estando classificadas e habilitadas microempresas ou empresas de pequeno porte, beneficiárias do regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, cuja habilitação foi procedida com a ressalva de existência de restrição fiscal, deverá ser feita prova da efetiva regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à data em que declarado o vencedor, prorrogável, por igual período, a critério da Administração Pública.

7.14. Não restando comprovada a satisfação da regularidade fiscal, a licitante será declarada inabilitada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente.

7.15. A Pregoeira poderá, a qualquer tempo, negociar com o proponente da melhor oferta aceitável, visando obter preço menor.

7.16. Os atos essenciais do pregão eletrônico serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle, nos termos da legislação pertinente.

7.17. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e das informações relativas à sessão pública do pregão deverão constar da ata divulgada no sistema, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na lei.

7.18. No caso de desconexão da Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.19. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

7.20. Após o fechamento da etapa de lances, a Pregoeira poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

7.21. Para fins de aceitação pela Pregoeira, a proposta final não poderá ultrapassar o valor estimado pela Prefeitura de Catu/BA.

7.22. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:**

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o (a) Pregoeiro (a) examinará as propostas quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto;

8.2. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexequível;

8.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

8.4. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta;

8.5. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas;

8.6. O prazo estabelecido pela Pregoeira poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pela Pregoeira Municipal;

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

8.8. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma;



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

8.9. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

8.10. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

8.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

8.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

8.13. Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, nada mais sendo válido pleitear a esse título;

8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO:**

9.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do mesmo de realizar o objeto da licitação, nos termos dos art. 62 à 70 da Lei nº 14.133/21, conforme apresentação dos seguintes documentos:

### **9.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, SOCIAL, FISCAL e TRABALHISTA:**

- a) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

- d) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- g) As microempresas e empresas de pequeno porte participantes desta licitação deverão apresentar no dia e hora indicados no preâmbulo, toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;
- h) As certidões serão consideradas válidas até 30 (trinta) dias da data de sua emissão, salvo se consignarem em seu próprio texto prazo de validade diferente.

#### **9.3. DA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) Comprovação de aptidão, em características e quantidades mínimas de até **50% (cinquenta por cento) do objeto ora licitado**, fornecida através de atestado expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que comprove que o licitante está apto a fornecer o material/ prestar os serviços ora licitados, os quais poderão ser diligenciados na forma da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.
- b) Apresentar Alvará de Localização e funcionamento, emitida pela Administração Pública Municipal da sede do licitante.

#### **9.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis referentes aos dois (2) últimos exercícios sociais, devidamente registradas e autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- c) Certidão Negativa de Ações Cíveis de 1º Grau, expedida em nome da licitante, observadas as disposições da legislação vigente.

#### **9.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

- a) Declaração de endereço eletrônico (e-mail) e telefones de contato conforme modelo no Anexo VII- DECLARAÇÃO PARA CONTATO;
- b) Declaração que não possui vínculo empregatício, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/21.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

c) Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

c) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

d) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.5.1 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

#### **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:**

10.1. A licitante que apresentar a melhor oferta deverá enviar a proposta de preços realinhada e os documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema, no prazo máximo de 02 (duas) horas. Todos os documentos devem ser anexados na plataforma dentro do prazo estabelecido para cada etapa, após o encerramento do pregão, como condição indispensável para a contratação.

10.2. A proposta final deverá atender às exigências previstas no item 6 do Edital, além das exigências que seguem, sob pena de desclassificação:

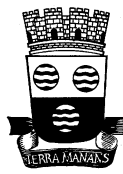
a) Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo licitante ou seu representante legal;

b) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

c) A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

d) Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

- e) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12º, II da Lei nº 14.133/2021);
- f) Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;
- g) A oferta deverá ser firme e precisa limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;
- h) A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

10.3. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

## **11. DOS RECURSOS:**

11.1. Declarada a vencedora, a Pregoeira abrirá prazo de 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

11.2. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Pregoeira a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

11.3. A Pregoeira examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

11.4. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.5. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pela Pregoeira serão apreciados pela autoridade competente.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

11.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO:**

12.1. Não sendo interposto recurso, a Pregoeira, fará a adjudicação do objeto do presente certame ao licitante declarado vencedor.

12.2. Havendo recurso, após sua decisão e comunicação aos interessados, a Autoridade Competente procederá à adjudicação do objeto e à consequente Homologação em favor do licitante que for declarado vencedor.

12.3. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular no ato do recebimento da nota de empenho, estará sujeito às penalidades previstas neste edital e demais dispositivos da Lei 14.133/21. Neste caso, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes observada à ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente convocado e, se for o caso, celebrar o Contrato.

12.4. Após a homologação do resultado da licitação, a(s) licitante(s) classificada(s) em primeiro lugar para o objeto terá (ao) o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pelo Município de Catu/BA, para assinar a ata de Registro de Preços.

12.5. Os demais fornecedores serão classificados neste processo, em ordem crescente de preço proposto e poderão ser convocados para compor a Ata de Registro de Preços, nos casos previstos neste Edital e na Ata dele decorrente.

12.6. É facultado ao Município de Catu/BA, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, conforme subitem anterior, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das sanções prevista neste Edital e na legislação pertinentes.

12.6.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estipuladas neste edital, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se as penalidades previstas neste edital.

12.7. Após a publicação da Ata de Registro de Preços do Município de Catu/BA no Diário Oficial do Município, poderão ser firmados os contratos dentro do prazo de validade do Registro.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

12.8. A Contratação formalizar-se-á mediante assinatura do Instrumento Contratual (Anexo VII), observadas as cláusulas e condições deste edital, da Ata de Registro de Preços (Anexos III) e da proposta vencedora.

12.9. O fornecedor, cujo preço estiver registrado na Ata, terá 03 (três) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da convocação pela Unidade Contratante, para assinar a Ordem de Serviços e devolvê-la ao Município de Catu/BA.

12.9.1. A convocação será feita através da emissão e encaminhamento da Ordem de Serviços a Empresa vencedora do certame.

12.9.2. Se o fornecedor com o preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Ordem de Serviços, poderão ser convocados os demais fornecedor registrado se for o caso, ou ainda os demais fornecedores classificados, respeitados as condições de fornecimentos, os preços e os prazos do primeiro classificado.

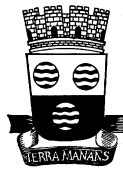
12.10. Poderá a proposta da licitante ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver o Município de Catu/BA conhecimento de fato ou circunstâncias superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em conformidade com o disposto no subitem 12.3 deste Edital.

12.11. Fica vedada a transferência ou cessão do Termo de Compromisso de Fornecimento, bem como do Contrato de Prestação de Serviços, sem prévia e expressa autorização do Município.

### **13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

13.1. Ata de Registro de Preços não obriga o Município de Catu/BA a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas a legislação, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

13.2. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do Registro, quando o Município de Catu/BA optar pela contratação dos serviços, objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

13.3. O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial do Município de Catu/BA, e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.4. O Município de Catu/BA monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos licitados, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

13.4.1. O Município de Catu/BA convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

13.4.1.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

13.4.2. Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preço de fabricante entre outros), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

13.4.3. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira.

13.4.3.1. Será considerado o preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Catu/BA para objeto da contratação.

13.5. Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o Município de Catu/BA poderá convocar os demais fornecedores, por ordem de classificação, nas mesmas condições ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.

13.6. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Diário Oficial do Município.

#### **14. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

14.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços oriunda desta licitação é de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Município, conforme art. 12 do Decreto 7892/13.

**15. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:**

15.1. A Ata de Registro de Preços decorrente deste Pregão poderá ser cancelada de pleno direito no todo ou em parte, nas situações previstas na Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo III).

**16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

16.1. O licitante que se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, dentro de 03 (três) dias úteis a contar da convocação pelo Município de Catu/BA ou a assinar Ordem de Serviço no prazo previsto, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo e fazer declaração falsa, conforme o caso, o Município de Catu/BA poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

16.1.1. Advertência;

16.1.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento.

16.1.3. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

16.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.2. Ficará também impedida de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante ou fornecedor que:

16.2.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;

16.2.2. Não mantiver a proposta, injustificadamente;



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

- 16.2.3. Comportar-se de modo inidôneo;
- 16.2.4. Fizer declaração falsa;
- 16.2.5. Cometer fraude fiscal;
- 16.2.6. Falhar ou fraudar no fornecimento do objeto.

#### **17. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:**

17.1. As empresas cujas propostas foram classificadas em primeiro lugar serão fornecedoras do (s) objeto (s) desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata que sucede ao procedimento licitatório e sujeitar-se-ão ao disposto neste Edital e seus Anexos.

17.2. Se a quantidade e/ou a qualidade dos serviços e/ou equipamentos entregues não corresponder ao exigido neste Edital, Anexo I ou na Ata de Registro de Preços, o fornecedor será chamado para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços (Anexo III), e ainda o cancelamento do Registro.

17.3. O detentor do segundo preço registrado só poderá fornecer ao Município de Catu/BA, quando esgotada a capacidade de fornecimento do primeiro e assim sucessivamente.

#### **18. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

18.1. O contratado se responsabilizará, pelos danos que resultarem de sua imperícia, negligência e imprudência, inclusive pela culpa de seus empregados/prepostos/subcontratados, segundo os princípios gerais da responsabilidade.

#### **19. DA FORMA DE PAGAMENTO**

19.1. O Município de Catu/BA, através do setor competente para o recebimento do objeto licitado, após o exato cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, efetuará o pagamento das mesmas, de acordo com as condições estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo III) deste Edital.

#### **20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

20.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Catu/BA para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

órgão contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

## **21. DO REEQUILÍBRIO DE PREÇOS:**

21.1. O reequilíbrio será precedido de demonstração analítica da variação dos componentes de custos, de acordo com a Planilha de Composição de Custos Unitários, devidamente justificados e em conformidade com as normas gerais vigentes.

21.2. Admite-se o reequilíbrio do valor contratado, desde que seja demonstrada a perda do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, através da Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente e o salário mínimo, que estipula o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada à inclusão de antecipação e benefícios não previstos originalmente, por ocasião da repactuação.

## **22. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO:**

### **22.1. Compete ao órgão gerenciador:**

22.1.1. Efetuar o registro do licitante vencedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços.

22.1.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações.

22.1.3. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

### **22.2. Compete ao órgão contratante:**

22.2.1. Efetuar o pagamento ao licitante fornecedor, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

22.2.2. Promover, por intermédio de servidor indicado, a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratado.

22.2.3. Fiscalizar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

23.1. Assinar a Ordem de Serviço.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

23.2. Entregar o material nos locais definidos neste edital, de acordo com a solicitação e nos prazos previstos neste edital.

23.3. Informar à Administração a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do presente ajuste.

23.4. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigida no Instrumento convocatório, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

**24. DOS ILÍCITOS PENAIIS:**

24.1. As infrações penais tipificadas na Lei 14.133/21 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**25. DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO:**

25.1. O Município de Catu/BA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caibam aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

**26. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:**

26.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição.

26.2. A ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [licitacatuba@gmail.com](mailto:licitacatuba@gmail.com).

26.3. A Pregoeira, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

26.4. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

26.5. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados a Pregoeira até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [licitacatuba@gmail.com](mailto:licitacatuba@gmail.com).

26.6. A Pregoeira, auxiliado pelo setor técnico competente, responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

26.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

## **27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

27.1. A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e seus Anexos.

27.2. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e encaminhamento de suas propostas e lances.

27.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

27.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando tiver sido explicitamente disposto em contrário.

27.5. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente no Município de Catu/BA.

27.6. É facultada a Pregoeira e ou à autoridade superior do Município de Catu/BA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

27.7. Após o envio da proposta não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira e equipe de apoio.

27.8. Após adjudicação do objeto licitado, a Pregoeira, divulgará ata circunstanciada, na qual haverá a indicação do vencedor, a classificação e demais informações relativas à sessão pública desta Concorrência.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL CATU**  
**CNPJ: 13.800.685/0001-00**  
**Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia**  
**CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200**

27.9. Caso haja alguma retificação do Edital, a mesma será disponibilizada através de plataforma eletrônica de licitações e do Diário Oficial do Município.

27.10. Os esclarecimentos/dúvidas porventura necessários ao perfeito entendimento deste Edital deverão ser encaminhados através de e-mail para o endereço eletrônico: [licitacao@catu.ba.gov.br](mailto:licitacao@catu.ba.gov.br).

27.11. Os questionamentos serão respondidos, encaminhados, via e-mail aos respectivos questionadores e disponibilizados através da plataforma eletrônica de licitações e no Diário Oficial do Município.

27.12. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

27.14. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município de Catu/BA.

27.15. Os casos omissos serão decididos pela Pregoeira em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Lei já citadas neste edital.

27.16. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Catu/BA.

27.17. Constituem parte integrante deste Edital:

- 27.17.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 27.17.2. Anexo II – Minuta da Ordem de Serviço;
- 27.17.3. Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 27.17.4. Anexo IV - Modelo de Declaração de enquadramento;
- 27.17.5. Anexo V - Declaração de que a empresa não emprega menor de idade, em observância ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.
- 27.17.6. Anexo VI – Declaração de Contato;
- 27.17.7. Anexo VII– Minuta do Contrato;
- 27.17.8. Anexo VIII – Modelo de Proposta de preços;



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

**28. DO FORO CONTRATUAL:**

28.1. A interpretação e aplicação dos termos da Adjudicação decorrente deste Pregão serão regidas pelas Leis brasileiras.

28.2. O juízo da Cidade de Catu/BA terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante da Adjudicação, inclusive exceção de qualquer arbitramento feito, constituindo assim, o Foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Catu/BA, 20 de fevereiro de 2026.

Marta Félix  
**Pregoeira**  
**Decreto Nº 013/2025**



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo e fracionado de combustíveis automotivos e derivados, para as máquinas de corte mecanizada, destinados ao abastecimento da frota da Prefeitura municipal de Catu, e dos veículos alugados, conforme especificações, condições e quantidades estimadas constantes neste documento.

A contratada deverá garantir a entrega dos combustíveis, com a devida qualidade e em conformidade com as exigências legais, no prazo estipulado e de acordo com as necessidades da administração municipal.

#### Descrição dos Itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	P. UNIT.	TOTAL
1	GASOLINA COMUM	Litro	300.000,00	R\$ 6,34	R\$ 1.902.000,00
2	ETANOL	Litro	30.000	R\$ 4,78	R\$ 143.400,00
3	ÓLEO DIESEL S10	Litro	438.000	R\$ 6,30	R\$ 2.759.400,00
4	ARLA 32 – galão de 20 litros	Galão	1.000	R\$ 118,75	R\$ 118.750,00
TOTAL GERAL					R\$ 4.923.550,00

#### 2. ÁREA REQUISITANTE

2.1. As áreas requisitantes e seus respectivos responsáveis são:

Identificação Unidades Requisitante
GABINETE DO PREFEITO - GAPRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SEPLAN
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AGRICULTURA - SEDEA



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SESP
SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER – SEJEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

## 2. JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal de Catu, por meio de suas Secretarias e Fundos Municipais, necessita contratar empresa especializada para o **especializada para o fornecimento contínuo e fracionado de combustíveis automotivos e derivados para as máquinas de corte mecanizada**, visando assegurar o abastecimento regular da frota oficial, veículos alugados e responsável pela execução das atividades essenciais do Município.

A frota municipal é utilizada diariamente na prestação de serviços indispensáveis à população, tais como:

- Transporte escolar de alunos da zona urbana e rural;
- Transporte de pacientes, equipes médicas e atendimentos da área de saúde;
- Ações de assistência social, visitas técnicas e projetos comunitários;
- Serviços de manutenção urbana, coleta de resíduos, iluminação pública e obras;
- Deslocamentos administrativos, fiscalização, vigilância e suporte operacional.

Sem o abastecimento adequado, essas atividades seriam severamente prejudicadas, comprometendo a continuidade dos serviços públicos e afetando diretamente o bem-estar dos munícipes.

Além disso, a legislação vigente exige que o abastecimento seja feito com **combustíveis certificados pela ANP**, garantindo segurança, qualidade e eficiência no funcionamento dos veículos e máquinas.

A contratação justifica-se ainda pelos seguintes aspectos:

1. **Inexistência de estrutura própria** para armazenar ou distribuir combustíveis, o que inviabiliza a execução direta pela Administração.
2. **Garantia de economicidade**, mediante contratação competitiva por meio de processo licitatório.
3. **Continuidade dos serviços públicos**, uma vez que a demanda de combustível é permanente e essencial ao funcionamento da máquina pública.

Diante disso, verifica-se que a contratação de empresa especializada é **necessária, adequada, eficiente e vantajosa**, atendendo ao interesse público e cumprindo os princípios da economicidade, eficiência, legalidade e continuidade do serviço público, previstos na **Lei nº 14.133/2021**.

Assim, resta plenamente **justificada a abertura do processo licitatório** para fornecimento de combustíveis destinados à frota da Prefeitura Municipal de Catu e Fundos Municipais.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro – CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 – Fone: (0\*\*71) 3641-8200

### 3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação será realizada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021** – Estimativa de Preços, Normas da **Agência Nacional do Petróleo – ANP**, relativas à qualidade dos combustíveis e demais legislações aplicáveis, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e publicidade.

A instrução do processo licitatório será acompanhada de todos os documentos exigidos pela legislação vigente, assegurando a regularidade e a conformidade da contratação com os preceitos legais aplicáveis.

#### 3.1 Normas da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Aplicáveis às obrigações do fornecedor:

- **Resolução ANP nº 41/2013** – atividades do revendedor varejista de combustíveis.
- **Resolução ANP nº 9/2007** – controle de qualidade dos combustíveis.
- **Resolução ANP nº 58/2014** – padrões de documentação e informações ao consumidor.
- **Resolução ANP nº 12/2023** (se aplicável) – obrigações de comercialização.

Tais Normas asseguram:

- garantia de qualidade e procedência dos combustíveis;
- aferição correta de bombas;
- emissão de nota fiscal;
- cumprimento das normas de segurança.

#### 3.2 Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990

No que couber, especialmente:

- **Art. 6º** – direito à informação adequada;
- **Art. 12 e 14** – responsabilidade por danos causados por produto ou serviço;
- **Art. 31** – oferta e publicidade.

#### 3.3 Normas Ambientais e de Segurança

- **Lei nº 6.938/1981** – Política Nacional do Meio Ambiente.
- **Resolução CONAMA nº 273/2000** – gerenciamento ambiental de postos de combustíveis.
- Normas do **Corpo de Bombeiros** (variáveis por estado) – prevenção e combate a incêndios.

#### 3.4 Legislações Tributária e Fiscal

- Emissão obrigatória de **Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)**;
- Observância do **ICMS, PIS/COFINS** e demais tributos incidentes sobre combustíveis.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

## 4. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DOS PRODUTOS

### 4.1. GASOLINA COMUM AUTOMOTIVA

#### 4.1.1 Características Técnicas, conforme Resolução ANP nº 807/2020

##### E autorizações:

- Produto derivado do petróleo, com adição obrigatória de etanol anidro etílico combustível (EAC).
- Teor de etanol anidro: **entre 25% e 27%** (conforme legislação federal vigente).
- Octanagem mínima (IAD): **87 unidades**.
- Massa específica a 20°C: dentro dos padrões ANP (entre 715 e 775 kg/m³).
- Temperatura de destilação inicial e 50% destilado conforme especificação ANP.
- Cor e aspecto: límpida, isenta de impurezas visíveis.
- Teor de enxofre: máximo de **50 mg/kg**.
- Ausência de aditivos não permitidos.

#### 4.1.2 Requisitos Complementares:

- Entrega **direto na bomba**, com bombas aferidos pelo INMETRO.
- Disponibilização do **Boletim de Conformidade ANP** sempre que solicitado.
- Produto deve ser totalmente isento de água, borra, partículas ou adulterações.

### 4.2. ETANOL HIDRATADO COMBUSTÍVEL (EHC)

#### 4.2.1 Características Técnicas (Resolução ANP nº 19/2015 e autorizações):

- Teor alcoólico: **entre 92,5% e 95,4% v/v** a 20°C.
- Aparência: límpida e incolor.
- Condutividade elétrica conforme especificações ANP.
- Presença de água: dentro dos limites regulamentados.
- Teor máximo de contaminantes metálicos conforme ANP.
- Densidade a 20°C: entre **0,803 e 0,809 g/cm³**.

#### 4.2.2 Requisitos Complementares:

- Fornecimento direto da bomba, com comprovação de qualidade.
- Prevenção contra contaminação cruzada com gasolina/diesel.
- Bombas e tanques de armazenamento com certificação ambiental.

### 4.3. ÓLEO DIESEL S10 (ULTRA BAIXO TEOR DE ENXOFRE)

#### 4.3.1 Características Técnicas (Resolução ANP nº 50/2013 e posteriores):

- Teor máximo de enxofre: S10: **10 mg/kg**; S500: **500 mg/kg**.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

- Índice de cetano mínimo: Diesel A:  $\geq 48$ ; Diesel B / quando há biodiesel:  $\geq 42$
- Massa específica a 20°C: dentro do intervalo definido pela ANP (aprox. 820 a 880 kg/m<sup>3</sup>).
- Estabilidade à oxidação conforme ANP.
- Teor de água Max.: mg/kg - Para diesel A/C S10: 200 mg/kg;
- Adequado para veículos Euro 5 e motores com alta tecnologia.

#### 4.3.2 Requisitos Complementares:

- Bombas identificadas com selo "S10".
- Laudos de conformidade quando requisitados.
- Veículos equipados com sistema SCR devem utilizar ARLA 32 em conjunto.

#### 4.4. ARLA 32 - AGENTE REDUTOR LÍQUIDO AUTOMOTIVO

(Galão de 20 litros)

##### 4.5.1 Características Técnicas (Conforme ISO 22241 e Resolução CONAMA):

- Solução aquosa de ureia automotiva a 32,5% de ureia de alta pureza e 67,5% de água desmineralizada.
- Produto destinado ao sistema **SCR (Redução Catalítica Seletiva)** de veículos a diesel.
- Aparência: líquido incolor, transparente e límpido.
- pH: entre **9,0 e 10,0**.
- Conteúdo de biureto: máx. **0,3%**.
- Uso exclusivo para reduzir quimicamente os óxidos de nitrogênio - (NO<sub>x</sub>) dos gases de escape, transformando-os em nitrogênio (N<sub>2</sub>) e vapor de água (H<sub>2</sub>O)

##### 4.5.2 Embalagem e Manuseio:

- **Galão rígido e lacrado de 20 litros**, com:
  - ✓ rótulo legível;
  - ✓ número do lote;
  - ✓ validade de fábrica;
  - ✓ Selo ISO 22000/ 9001/14001;
  - ✓ lacre de segurança não violado.
- Estocagem: local ventilado e ao abrigo de calor excessivo.
- Produto não pode ser reutilizado ou reprocessado.

##### 4.5.3 Requisitos da Contratada:

- Fornecer ARLA 32 homologado e certificado;
- Garantir integridade dos recipientes e do lote;
- Emissão de nota fiscal com especificação clara do volume e lote.





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

#### 4.6. REQUISITOS GERAIS DE TODOS OS PRODUTOS

- Conformidade integral com Normas da **ANP** e padrões metrológicos do **INMETRO**.
- Disponibilização de laudos, boletins de conformidade e certificados, quanto solicitado.
- Tanques e bombas devidamente aferidos e certificados.

#### 4.7. QUADRO RESUMO DAS ESPECIFICAÇÕES

Produto	Normas Aplicáveis	Principais Características
Gasolina Comum	ANP 807/2020	Com etanol anidro 25–27%; octanagem min. 87; enxofre ≤ 50 ppm
Etanol Hidratado	ANP - 987/2015 - 944/2023 - 960/2023 - 67/2011	Teor alcoólico 92,5–95,4%; densidade a 20 <sup>o</sup> C.
Diesel S10	ANP 50/2013	Enxofre ≤ 10 ppm; cetano ≥ 48
ARLA 32 (20 L)	ISO 22241	32,5% ureia; pH 9–10; galão lacrado de 20L

#### 5. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação foi apurado com base em levantamento de preços praticados no mercado, conforme determina o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando:

- Cotações obtidas junto a fornecedores do ramo;
- consultas a sistemas oficiais de compras públicas, como o Banco de Preços (<https://www.bancodeprecos.com.br>).

A estimativa de preços considerou a média dos valores obtidos, demonstrando compatibilidade com os preços praticados no mercado e resguardando a vantajosidade da contratação para a Administração Pública.

Ressalta-se que o quantitativo estimado nesta contratação sofreu **aumento em relação ao Pregão nº 064/2023**, em decorrência da ampliação da frota municipal, especialmente pela **aquisição de novos ônibus escolares da Secretaria Municipal de Educação (os “amarelinhos”)**, pela incorporação de **novas ambulâncias** destinadas ao atendimento da área da saúde, bem como pela necessidade de atendimento aos **veículos locados**, utilizados para suprir demandas temporárias e específicas da Administração, conforme **Pregão nº 054/2023**.

Dessa forma, o aumento do quantitativo mostra-se necessário para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos, evitando desabastecimento e prejuízos à execução das atividades administrativas e operacionais do Município.

O valor total estimado da contratação é de **R\$ 4.923.550,00 (quatro milhões novecentos e vinte e três mil quinhentos e cinquenta reais)**, conforme detalhamento por item e quantidade constante na planilha de composição de preços, anexa a este Termo de Referência.(Anexo II)



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

## 6. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 As especificações técnicas detalhadas e condições de fornecimento estão descritas no Anexo I porte integrante desse Termo de Referência.

### 6.2 Condições de Fornecimento

#### 6.2.1 Forma de Abastecimento

O fornecimento será realizado:

a) **Por abastecimento direto na bomba**, no estabelecimento da contratada, para veículos oficiais e outros devidamente identificados pelo órgão;ou

### 6.3 Atendimentos e Horário

- O abastecimento deverá estar disponível durante o horário mínimo de funcionamento comercial da contratada.
- Quando estabelecido no Termo de Referência, deverá ser garantido, inclusive sábados, domingos e feriados.
- A contratada deverá manter funcionários aptos a atender imediatamente às demandas do órgão.

### 6.4 Registros e Controle de Abastecimentos

A contratada deverá:

- a) registrar cada abastecimento com **data, horário, placa, quilometragem, condutor, tipo e volume abastecido**;
- b) disponibilizar **relatórios mensais** ou conforme solicitado pelo fiscal do contrato;
- c) permitir auditoria e conferência dos abastecimentos pelo órgão.

### 6.5 Aferição das Bombas

- As bombas de abastecimento devem estar **devidamente aferidas**, com lacre atualizado conforme Normas do INMETRO.
- A contratada deve permitir, sempre que solicitado, **a realização de teste de aferição**.

### 6.6 Quantidade e Medição

- O volume fornecido deverá corresponder à quantidade registrada na bomba, sem variações indevidas.
- Divergências ou inconsistências entre volume, registro e fatura autorizam glosa ou rejeição da cobrança.

### 6.7 Documentos Fiscais

Para cada fornecimento, será emitida **Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)** contendo:



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

- a) data e horário do abastecimento;
- b) Identificação do veículo;
- c) tipo e quantidade de combustível;
- d) valor unitário e total;
- e) tributos incidentes;
- f) dados do posto ou distribuidora.

## **7. REQUISITOS MÍNIMOS DO FORNECEDOR**

A empresa fornecedora deverá atender aos seguintes critérios:

### **7.1 – Habilitação Jurídica**

A licitante deverá apresentar:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado no órgão competente;
- b) Inscrição do empresário, no caso de firma individual;
- c) Documentos exigidos para o exercício da atividade econômica referente à revenda ou distribuição de combustíveis.

### **7.2 – Licenças e Autorizações**

A licitante deverá apresentar:

- Autorização de funcionamento emitida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;
- Alvará de funcionamento válido;
- Licença ou certidão ambiental pertinente, quando aplicável, conforme a legislação vigente.

### **7.3 – Infraestrutura Mínima**

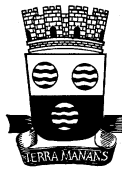
A empresa deverá comprovar que dispõe de:

- **Posto de abastecimento localizado em um raio máximo de até 5 (cinco) quilômetros da sede do Município de Catu/BA**, considerando o trajeto viário mais curto, apurado por meio de ferramenta de geolocalização amplamente reconhecida, como o Google Maps ou similar;
- Tanques de combustível devidamente regularizados e inspecionados pelos órgãos competentes;
- Bombas e bicos de abastecimento devidamente aferidos e certificados pelo INMETRO;

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A empresa contratada deverá cumprir rigorosamente as seguintes obrigações:

8.1. Registrar os preços e manter as condições propostas durante toda a vigência da **Ata de Registro de Preços**, nos termos do Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

- 8.2. Fornecer os combustíveis e derivados de petróleo **somente quando formalmente solicitados** pela Administração, por meio de ordem de fornecimento, empenho ou instrumento equivalente, observados os quantitativos e condições registrados na Ata.
- 8.3. Garantir que os combustíveis fornecidos estejam **em conformidade com as normas e especificações da Agência Nacional do Petróleo – ANP**, bem como com demais legislações vigentes.
- 8.4. Assegurar o abastecimento dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal **de forma contínua**, conforme a demanda das Secretarias e Fundos Municipais, durante o horário de funcionamento do estabelecimento, inclusive em finais de semana e feriados, quando necessário.
- 8.5. Responsabilizar-se integralmente pela **qualidade, procedência, conservação e armazenamento** dos combustíveis fornecidos, respondendo por quaisquer prejuízos causados à Administração ou a terceiros.
- 8.6. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação**, inclusive licenças, alvarás e autorizações dos órgãos competentes.
- 8.7. Executar o fornecimento mediante **requisição formal**, observando os controles de abastecimento estabelecidos pela Administração, incluindo, quando aplicável, identificação do veículo, placa, quilometragem, quantidade fornecida, data e horário.
- 8.8. Emitir **nota fiscal/fatura** correspondente aos fornecimentos efetivamente realizados, em conformidade com a legislação tributária vigente, acompanhada dos relatórios e comprovantes exigidos.
- 8.9. Substituir imediatamente, às suas expensas, qualquer combustível que venha a ser **rejeitado pela fiscalização** por desconformidade com as especificações técnicas, normas legais ou padrões de qualidade.
- 8.10. Arcar com **todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários** decorrentes do fornecimento, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.
- 8.11. Permitir e facilitar **a fiscalização da Administração**, fornecendo todas as informações, documentos e esclarecimentos solicitados.
- 8.12. Comunicar formalmente à Administração qualquer fato superveniente que possa **comprometer o atendimento às solicitações de fornecimento** registradas na Ata.
- 8.13. Responsabilizar-se por **danos causados aos veículos, máquinas ou equipamentos** da frota municipal, quando comprovadamente decorrentes da má qualidade dos combustíveis fornecidos.
- 8.14. Reconhecer que o **registro de preços não obriga a Administração à contratação**, não cabendo à detentora da Ata direito à indenização ou compensação caso não haja demanda ou contratação.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

8.15. Cumprir integralmente as disposições da **Ata de Registro de Preços**, do Edital, do Termo de Referência e da **Lei nº 14.133/2021**.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

À Prefeitura Municipal de Catu – BA, na qualidade de contratante, caberá o cumprimento das seguintes obrigações:

1. **Emitir requisições formais de fornecimento dos produtos**, conforme a necessidade das secretarias e fundos municipais, durante o período de vigência da contratação;
2. **Fiscalizar o cumprimento do contrato/ata**, designando servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento da entrega dos produtos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
3. Autorizar abastecimentos conforme demanda;
4. Comunicar irregularidades.
5. **Efetuar o pagamento** à contratada no prazo estipulado contratualmente, mediante apresentação da nota fiscal eletrônica devidamente atestada, observadas as exigências legais e a regularidade fiscal da fornecedora;
6. **Comunicar formalmente à contratada** qualquer irregularidade verificada no fornecimento dos produtos, garantindo-lhe o direito de resposta ou correção no prazo legal;
7. **Prestar as informações necessárias e colaborar com a execução do contrato**, inclusive designando os locais de entrega e contato com os responsáveis de cada unidade gestora;
8. Promover, quando necessário, **a aplicação de penalidades** em caso de inadimplemento contratual, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e nos termos pactuados;
9. **Manter atualizados os registros e documentos** relativos à contratação no Sistema de Compras e no Plano de Contratações Anual (PCA), conforme previsto nos arts. 19 e 20 da Lei nº 14.133/2021.
10. Autorizar abastecimentos conforme demanda;

## 10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

### Prazo de Vigência

10.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, observado o disposto no art. 84,3º, § da Lei nº 14.133/2021.

### Da Efetivação da Contratação

10.2. A contratação da empresa(s) detentora(s) do preço(s) registrado(s) será efetivada com a expedição da respectiva Ordem de Fornecimento e do Empenho, sendo que o valor total e a quantidade de cada contratação serão aquela constante no referido documento.

10.3. Poderá ainda ser formalizado Contrato decorrente da Ata de Registro de Preço, ficando submetido ao regramento da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 527/2023.

### Controle e Fiscalização da Ata



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

10.4. O Órgão Gerenciador da Ata será a Secretaria Municipal de Planejamento e Administração, conforme Decreto Municipal n.º 527/2023.

10.5. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados por meio da ferramenta de Gestão de Atas, quanto a:

- I – os quantitativos e os saldos;
- II – as solicitações de adesão; e
- III – o remanejamento das quantidades.

#### Fiscalização Técnica

10.6. A fiscalização do contrato será exercida por representante da Secretaria demandante, especialmente designado para essa finalidade, o Sr. Gilson Robson de Carvalho Alves, matrícula nº 6966, a quem competirá acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do objeto contratado, nos termos da legislação vigente.

10.7. O Fiscal Técnico deverá acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos bens, comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades, sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.

10.8. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

10.9. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### Cancelamento do registro do fornecedor

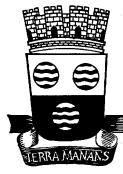
10.10. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- I. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração sem justificativa razoável;
- III. não aceitar manter seu preço registrado; ou
- IV. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da lei nº14.133/2021.

#### Cancelamento dos preços registrados

10.11. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I. por razão de interesse público;
- II. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no §3º do art. 26 e no §4º do art. 27 do Decreto nº11.462/2023.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

## 11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, bem como a prática de quaisquer das infrações previstas na legislação, poderá sujeitá-la às **sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021**, observando o devido processo legal e o contraditório, conforme segue:

1. **Advertência**, por escrito, nos casos de infrações de menor gravidade, para que a contratada corrija falhas detectadas na execução do objeto;
2. **Multa**, aplicada de acordo com a gravidade da infração, conforme previsão no edital e no contrato, podendo ser:
  - **Compensatória**, por atraso na entrega dos bens;
  - **Indenizatória**, por prejuízos causados à Administração;
  - **Punitiva**, por descumprimento contractual;
3. **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública do Município de Catu – BA, por prazo não superior a 3 (três) anos, conforme o **art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**;
4. **Declaração de inidoneidade**, para licitar ou contratar com a Administração Pública em âmbito nacional, nos termos do **art. 156, inciso II**, quando houver infração grave ou dolosa contra o interesse público.

A aplicação das sanções será precedida de regular **processo administrativo**, no qual será garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório, conforme os princípios constitucionais e o disposto no **art. 158 da Lei nº 14.133/2021**.

As sanções previstas poderão ser aplicadas **cumulativamente**, sem prejuízo da eventual responsabilização civil e penal cabível.

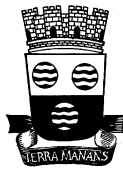
## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Termo de Referência foi elaborado com base nos princípios e diretrizes estabelecidos na **Lei Federal nº 14.133/2021**, considerando o planejamento das contratações públicas, a economicidade, a eficiência e a busca pela melhor relação custo-benefício para a Administração Pública;

As condições aqui descritas poderão ser detalhadas e complementadas no **edital e seus anexos**, respeitando os limites estabelecidos neste Termo de Referência e nas normas legais aplicáveis;

A contratação será precedida de **levantamento de mercado, elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP)** e inclusão no **Plano de Contratações Anual (PCA)** do Município, conforme o art. 12 da Lei nº 14.133/2021;

Todos os dados, estimativas, justificativas e elementos técnicos que fundamentam esta contratação foram devidamente registrados e estão disponíveis nos autos do processo administrativo correspondente;



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

Os casos omissos ou situações excepcionais serão resolvidos pela autoridade competente da Administração Municipal, respeitando os princípios da legalidade, motivação e interesse público;

Este Termo de Referência integra o processo licitatório e servirá como base para a elaboração do edital, da minuta contratual e dos demais documentos relacionados à contratação.

**Constitui parte integrante deste Termo:**

**ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DETALHADA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO;**  
ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS;  
ANEXO IV - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO;

Catu, 15 de janeiro de 2025.

Galbert Wagner Silva Lima  
**Secretário de Planejamento e Administração**

**ANEXO I**





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

## ESPECIFICAÇÃO DETALHADA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

### Fornecimento de Combustíveis e Derivados

#### 1. OBJETO DO ANEXO

Este anexo estabelece as **especificações técnicas detalhadas** e **condições de fornecimento** de:

- Gasolina Comum Automotiva
- Etanol Hidratado Combustível
- Diesel S10
- ARLA 32 (galão de 20 litros)
- 

Destinados à frota da Prefeitura Municipal de Catu e Fundos Municipais.

#### 2. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

Produto	Norma	Características Principais
Gasolina Comum	ANP 807/2020	Etanol anidro 25–27%; octanagem $\geq 87$ ; enxofre $\leq 50$ ppm; livre de contaminantes
Etanol Hidratado	ANP 19/2015	Teor alcoólico 92,5–95,4%; densidade 0,803–0,809; límpido, incolor
Diesel S10	ANP 50/2013	Enxofre $\leq 10$ ppm; cetano $\geq 48$ ; livre de impurezas; adequado a veículos Euro5
ARLA 32 (20 L)	ISO 22241	32,5% ureia; pH 9–10; galão lacrado e certificado; validade vigente

#### 3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

##### 3.1 Local e horário

- Posto preferencialmente em Catu/BA, seguro e de fácil acesso;
- Atendimento mínimo 12h/dia;
- Abastecimento direto na bomba com bombas aferidas pelo INMETRO.

##### 3.2 Sistema de controle

- Registro de veículo, motorista, secretaria, km, data/hora, combustível e volume;
- Emissão de relatórios por veículo, secretaria e tipo de combustível;

##### 3.3 Qualidade e conformidade

- Produto conforme normas ANP e ISO 22241 (ARLA 32);
- Boletins de conformidade disponíveis;
- Abastecimento bloqueado se houver suspeita de adulteração;
- Substituição imediata do combustível em caso de inconformidade.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

### **3.4 Procedimento operacional**

1. Identificação do veículo e motorista;
2. Abastecimento conforme tanque do veículo.

### **3.5 ARLA 32**

- Fornecimento em galões de 20 litros lacrados;
- Produto armazenado protegido;
- Entrega com número de lote e validade;
- Substituição imediata de unidades danificadas.

### **3.6 Segurança**

- Extintores, piso antiderrapante, drenagem, sinalização;
- PPCI e treinamento de funcionários;
- Contenção contra derramamento.

### **3.7 Contingências**

- Falhas ou indisponibilidade: posto alternative ou restabelecimento em até 2h;
- Prioridade para veículos essenciais.

## **4. RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS**

- Relatórios mensais consolidados por veículo, secretaria e tipo de combustível;
- Relatório de ARLA 32 entregue;
- Relatório de inconsistências e divergências.

## **5. RESPONSABILIDADES**

### **5.1 Contratada**

- Garantir fornecimento contínuo e seguro;
- Manter conformidade com ANP e ISO;
- Treinar equipe;
- Assumir responsabilidade por danos;
- Atender solicitações emergenciais.

### **5.2 Contratante**

- Designar fiscal e gestor;
- Autorizar abastecimentos;
- Controlar relatórios;
- Efetuar pagamentos dentro do prazo.

## **ANEXO II - MINUTA DA ORDEM DE FORNECIMENTO**



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

### 1. Dos dados da Empresa:

Razão Social:

Endereço:

CNPJ:

Tel/e-mail:

**Autorizamos a Vossa Excelência a fornecer XXXXXXXXXXXXXXXX, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026, observada as especificações e demais condições constantes no Edital e Anexo I do mesmo, oriundo da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_/2026 e a sua proposta de Preços.**

### 2. Das especificações e quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL MENSAL					

### 3. Do prazo e local para entrega do material:

O material deverá ser entregue nas dependências da Secretaria de XXXXXXXXXXXX do Município de Catu/BA, acompanhado do presente instrumento e da Nota de Empenho, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da emissão desta Ordem de Fornecimento, quando solicitado pelo Setor competente do Município de Catu/BA.

### 4. Das obrigações da detentora do preço registrado:

4.1. São Obrigações da Detentora do Preço registrado, além das previstas na Ata de Registro de preços:

a) Entregar o material/ou prestar os serviços estritamente de acordo com as especificações e o disposto na Ata de registro de preços e seus Anexos que integram esta Ordem de Fornecimento e/ou serviço.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

b) Substituir, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, e sem qualquer ônus para o Município de Catu/BA os produtos e/ou equipamentos, caso constatada divergência da especificação, sujeitando-se as penalidades cabíveis.

c) Observar as demais condições contratuais constantes do Edital, do Termo de Referência e da Ata de Registro de preços oriunda do Pregão Eletrônico nº \_\_\_/2026, para o perfeito cumprimento deste.

#### **5. Do pagamento:**

5.1. O pagamento da presente Ordem de Fornecimento será efetuado a Contratada, através de crédito em conta corrente mantida pela Contratada, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da Correspondente Ordem de fornecimento, com o respectivo ateste da unidade responsável pelo recebimento, de que o fornecimento foi realizado a contento, observadas as disposições da Cláusula \_\_\_\_\_ da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_/2026.

5.2. Recebi o original dessa ordem de fornecimento, ciente das condições estabelecidas.

Local e data,

-----  
(Nome completo do Servidor Público)  
(Identificação)



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

**ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº /2026**

**MUNICÍPIO DE CATU, ESTADO DA BAHIA**

**ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXX**

O Município de Catu/BA, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº .../2026, publicado no Diário Oficial do Município do dia ....., com certame aberto em ....., às ..... h. e realização em ....., às ..... h, e a respectiva homologação conforme fls. ..., resolve registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas no certame, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 14.133/2021, e Decreto Municipal nº 527/2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:**

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE XXXXXXXX, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL**, os quais deverão observar o padrão mínimo de qualidades exigíveis e, ainda, o disposto nos Anexos que são partes integrantes e complementares deste Instrumento Convocatório, de acordo com as especificações do Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_/2026 e seus anexos, que passam fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e propostas de preços apresentadas pelos licitantes classificados em primeiro lugar no Certame, conforme consta nos autos, para atender às demandas do Município de Catu/BA.

**Parágrafo Primeiro** - Tabela de especificações e quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. MENSAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL GLOBAL					

**Parágrafo Segundo** - Este Instrumento não obriga ao Município de Catu/BA a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do(s) objeto(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, conforme art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da mesma Lei.

O contrato que decorrer de ata de registro de preços possuirá vigência de acordo com as disposições nela contidas e em observância aos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021, consoante disposto na minuta anexa ao correspondente edital.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:**

O recebimento dos objetos assim como sua fiscalização deverão seguir o exigido no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s).

## **CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:**

Os preços registrados, a especificação dos serviços, os quantitativos, marcas, empresas fornecedoras e representantes legais, encontram-se elencados na presente Ata (§ 1º da Cláusula Primeira), em Ordem de classificação das propostas por lote.

## **CLÁUSULA QUINTA - DO(S) LOCAL(IS) E PRAZOS(S) DE ATENDIMENTO:**

O material deverá ser entregue, em conformidade com a solicitação do Município de Catu/BA, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento.

## **CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:**

As empresas detentoras do preço registrado poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas nesta Ata e seus Anexos e na legislação pertinente.

**Parágrafo Primeiro** - As contratações do fornecimento registrados neste Instrumento serão efetuadas através de Ordem de Serviço, emitidas pelo Município de Catu/BA, contendo: nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da Contratada, o endereço e a data da entrega.

**Parágrafo Segundo** - A Ordem de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Município de Catu/BA no prazo de 03 (três) dias consecutivos a contar da data do seu recebimento.

**Parágrafo Terceiro** - Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Ordem de Serviço, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA**

A detentora da ata deverá seguir as normas descritas no Edital e Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

Fornecer e manter atualizado e-mail e telefone para contato e encaminhamento da Nota de Empenho ou Ordem de Compra.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:**

São responsabilidades do Fornecedor Detentor do Preço Registrado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao Município de Catu/BA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento do Município de Catu/BA;

II - Qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmos nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de Catu/BA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Por quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Contratada pela autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Município de Catu/BA, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido a detentora do preço registrado, o valor correspondente;

**Parágrafo Primeiro** - A DETENTORA DO PREÇO REGISTRADO autoriza o Município de Catu/BA a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, ou da garantia contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

**Parágrafo Segundo** - A ausência ou omissão da fiscalização do Município de Catu/BA não eximirá a DETENTORA DO PREÇO REGISTRADO das responsabilidades previstas nesta Ata.

#### **CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO:**

O Município de Catu/BA efetuará o pagamento a Contratada, através de crédito em conta corrente mantida pela Contratada, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da Correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo ateste da unidade responsável pelo recebimento, de que o fornecimento foi realizado a contento.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

**Parágrafo Primeiro** - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/fatura, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para o pagamento da data da sua reapresentação.

**Parágrafo Segundo** - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, prova de regularidade para com a Fazenda Pública Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho (inciso IV do Art. 27, incluído pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011) e prova de regularidade para com a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, através de certidão expedida pela RFB e PGN, na forma do Art. 1, da Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014.

**Parágrafo Terceiro** - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**Parágrafo Quarto** - Os preços serão fixos e irrevogáveis, salvo o disposto na cláusula décima primeira.

**Parágrafo Quinto** - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no caput desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE do período compreendido entre a data final do adimplemento e a do efetivo pagamento.

**Parágrafo Sexto** - Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO REEQUILÍBRIO DE PREÇO:**

**Parágrafo Primeiro** - O reequilíbrio será precedido de demonstração analítica da variação dos componentes de custos, de acordo com a Planilha de Composição de Custos Unitários, devidamente justificado e em conformidade com as normas gerais vigentes.

**Parágrafo Segundo** - Admite-se o reequilíbrio do valor contratado, desde que seja demonstrado a perda do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, através da Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente e o salário mínimo, que estipula o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada à inclusão de antecipação e benefícios não previstos originalmente, por ocasião da repactuação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

O prestador terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:  
Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços (Analisado caso através de Processo Administrativo Especial);  
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº14.133/21;  
Caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados e comprovados os fatos;  
Por razões de interesse público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item acima deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item acima da presente Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

Na aplicação da sanção prevista no presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Catu/BA para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do órgão contratante, tomadas as cautelas de realização de empenho prévio a cada necessidade de compra, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão na respectiva Nota de Empenho.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

II - Integram a esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026 e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada grupo, por lote;

III - É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Catu/BA;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:**

O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Catu/BA.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Catu/BA, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Município de Catu/BA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Fornecedor

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
(Nome)  
(CPF)

\_\_\_\_\_  
(Nome)  
(CPF)



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO**

À

**Prefeitura Municipal de Catu/BA**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N° \_\_\_/2026**

A ....., inscrita no CNPJ n° ....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) ....., portador (a) da Carteira de Identidade n° ..... e do CPF n° ....., **DECLARA**, para fins de participação no Pregão n° \_\_/2026, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n° 123 de 14/12/2006;

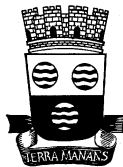
( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da lei Complementar n/ 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constante do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006.

Local e data,

-----  
(Nome completo, assinatura do representante legal e carimbo da empresa)  
(Identificação)

Observação: emitir em papel timbrado da licitante.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

À

**Prefeitura Municipal de Catu/BA**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_/2026**

A ....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) ....., portador (a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Local e data,

-----  
(Nome completo, assinatura do representante legal e carimbo da empresa)  
(Identificação)

Observação: emitir em papel timbrado da licitante.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO PARA CONTATO**

À

**Prefeitura Municipal de Catu/BA**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N° \_\_\_/2026**

Declaramos que o endereço do correio eletrônico (e-mail), bem como os telefones informados abaixo são válidos para o recebimento de correspondências, notificações e quaisquer contatos necessários a boa execução do processo licitatório e futuros possíveis contratos a serem realizados com a arrematante.

Estamos cientes que em caso de alteração, o Município deverá ser imediatamente informado da alteração dos mesmos.

Endereço eletrônico (e-mail): \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_) \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_) \_\_\_\_\_

Local e data,

-----  
(Nome completo, assinatura do representante legal e carimbo da empresa)  
(Identificação)

Observação: emitir em papel timbrado da licitante.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

**ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO Nº /2026**

**CONTRATO DE XXXXX QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATU, E A  
EMPRESA .....**

**O MUNICÍPIO DE CATU, BAHIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.800.685/0001-00, com sede à Pça Duque de Caxias, s/n, Bairro: Centro, Catu, Bahia, CEP 48.110-000, neste ato representado pelo Exmo. **Narlison Borges de Sales**, portador da carteira de identidade de nº 1419910973 SSP/BA e CPF 337.288.335-68, doravante denominado **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa, e do outro lado, XXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, com sede na cidade de XXXXXXXXXXXX, na Rua XXXXXXXXXXXX, nº XXX, XXXXXXXXXXXX, representada por XXXXXXXXXXXX, brasileiro, portador do CPF nº XXXXXXXXXXXX, doravante denominado apenas de **CONTRATADO**, ajustam entre si o presente contrato, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, tal como posto no processo administrativo nº 0XX/2026, além do Decreto Municipal nº 527/2023, mediante as cláusulas abaixo fixadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO:**

- 1.1. O objeto do presente instrumento contratual é a aquisição/ou prestação de serviços de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, regido pelas regras da Lei n.º 14.133/2021, em conformidade com o Processo Administrativo nº 0XX/2026.
- 1.2. Estarão vinculados a este Termo Contratual, independentemente de transcrição:
  - 1.2.1. O Termo de Referência;
  - 1.2.2. A Proposta do contratado;
- 1.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

- 2.1. Fica estipulado em R\$ ..... (.....) o valor total a ser pago à CONTRATADA pela CONTRATANTE.
- 2.2. Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada a execução contratual, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.
- 2.3. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da nota fiscal/fatura será suspensa para que a CONTRATADA tome as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada para efeito de pagamento a data de reapresentação do documento em questão, corrigido e atestado.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

2.4. O preço global a ser pago à CONTRATADA será fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas tais como: as correspondentes à mão-de-obra, tributos, emolumentos, seguros - inclusive contra acidentes de trabalho, encargos sociais e trabalhistas de qualquer natureza.

2.5. Não será aceita cobrança posterior de qualquer tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura da licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto deste contrato, na forma da lei.

2.6. Em nenhuma hipótese o CONTRATANTE pagará serviços adicionais executados pela CONTRATADA, que não tenham sido prévia e expressamente autorizados, através de termo aditivo.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DO FORNECIMENTO E DA VIGÊNCIA:**

3.1. O contrato terá vigência de xx (xxxx) meses, a contar de sua assinatura, passível de prorrogação mediante Termo Aditivo, atendidas as prescrições da Lei nº 14.133/2021, especificamente o art. 105 deste Dispositivo Legal;

3.2. Os serviços deverão ser executados imediatamente após a assinatura do contrato, independentemente da emissão de ordem de serviços.;

3.3. Mesmo após o esgotamento do prazo de vigência do contrato administrativo, a ser encerrado, **12 (doze) meses** após a sua assinatura, o CONTRATADO deverá acompanhar os trabalhos que por ventura encontra-se em andamento.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Catu, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:**

**ATIVIDADE:**

**ELEMENTO DE DESPESA:**

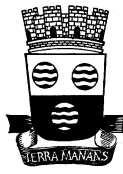
**FONTE DE RECURSO:**

4.2. A dotação do contrato ocorrerá no exercício de 2026 e correspondente nos exercícios subsequentes.

### **CLÁUSULA QUINTA - REGIME DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:**

5.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

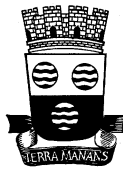
### **CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL CATU**  
**CNPJ: 13.800.685/0001-00**  
**Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia**  
**CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200**

- 6.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência;
- 6.2. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 6.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 6.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 6.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 6.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 6.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 6.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 6.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

- 6.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 6.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 6.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 6.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 6.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 6.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no ato da contratação;
- 6.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 6.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:**

- 7.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- b) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- d) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Catu para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO:**

8.1. A CONTRATANTE fica investida de amplos poderes para fiscalizar toda a execução do objeto, impugnando quaisquer erros ou omissões que considere em desacordo com as obrigações do CONTRATADO.

8.2. A execução do presente contrato será fiscalizada pelo Servidor deste Município, o Sr. Gilson Robson de Carvalho Alves, sob Matrícula 6966, competente e devidamente indicado pelo Órgão Demandante.

#### **CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:**



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

9.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

9.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

9.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

9.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

9.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

9.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

#### **Indenizações e multas.**

9.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

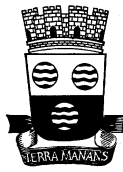
#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO:**

10.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

11. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL CATU**  
**CNPJ: 13.800.685/0001-00**  
**Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia**  
**CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200**

- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item acima deste edital as seguintes sanções:

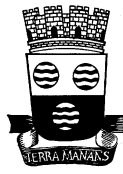
- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item acima da presente Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

11.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.5. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. Na aplicação da sanção prevista no presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Toda e qualquer comunicação entre as partes será sempre feita por escrito, mediante correspondência eletrônica ou escrita.

12.2. Aos casos não previstos neste instrumento aplicar-se-ão os dispositivos estabelecidos na Lei Federal 14.133/2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Catu, Estado de Bahia, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato, conforme art. 92, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam as partes este instrumento em 03 (três) via de igual teor e forma.

Catu/BA, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Município de Catu/BA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Fornecedor

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
(Nome)  
(CPF)

\_\_\_\_\_  
(Nome)  
(CPF)



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

## **ANEXO VIII - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

À

Prefeitura Municipal de Catu/BA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N° \_\_\_/2026

### **1. PROPONENTE:**

**1.1. Razão Social:**

**1.2. Sede:**

**1.3. CNPJ:**

### **2. PROPOSTA DE PREÇOS:**

**2.1.** Nosso preço global e denominado de lance inicial é de **R\$** .....  
(.....), conforme planilha de quantitativos acima.

### **3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:**

**3.1.** A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

### **4. QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:**

**4.1. NOME:**

**4.2. CARGO:**

**4.3. CPF:**

**4.4. RG:**

Local e data,

-----  
(Nome completo, assinatura do representante legal e carimbo da empresa)  
(Identificação)

Observação: emitir em papel timbrado da licitante.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL CATU  
CNPJ: 13.800.685/0001-00  
Praça Duque de Caxias, s/n, Centro - CEP: 48110-000 Catu-Bahia  
CNPJ: 13.800.685/0001-00 - Fone: (0\*\*71) 3641-8200

**ANEXO IX - DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI VINCULO EMPREGATÍCIO, NOS TERMOS DO  
ART. 14 DA LEI Nº 14.133/21**

À

**Prefeitura Municipal de Catu/BA**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_/2026**

A ....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) ....., portador (a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso IV do art. 14 da Lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021, que não possui qualquer vínculo empregatício (técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil) com agentes públicos ou dirigentes do órgão contratante, seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, conforme vedações da Lei.

Local e data,

-----  
(Nome completo, assinatura do representante legal e carimbo da empresa)  
(Identificação)

Observação: emitir em papel timbrado da licitante.